



Márcia Kubitschek prega que o governador do DF seja eleito junto com o Presidente da República

Bancada do DF procura consenso para eleição

Depois de muitas tentativas frustradas, a bancada do DF na Constituinte consegue se reunir para discutir a questão da autonomia política da Capital, as divergências surgidas quanto à data para realização da primeira eleição para governador e deputados de Brasília e a duração de seus mandatos. As duas horas e meia de conversas não foram suficientes para se chegar a um acordo, mas, em todo caso, servirão para reaglutinar a bancada, dispersa após a votação da autonomia na Comissão de Sistematização.

do DF no Senado. Com exceção da deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL), todos os demais parlamentares eleitos pelos brasileiros estiveram presentes ao encontro e demonstraram, depois, que os resultados tinham sido satisfatórios. Uma questão, porém, ficou muito clara: a bancada está coesa na luta pela garantia da autonomia política conquistada, independente de suas posições divergentes nos temas daí decorrentes.

AS POSIÇÕES

Durante a reunião, ficou finalmente transparente a posição dos parlamentares do DF. O senador Pompeu de Souza e os deputados Sigmaringa Seixas e Geraldo de Campos (todos do

PMDB), Augusto Carvalho (PCB) e Jofran Frejat (PFL) defendem a tese de eleições para o DF em 88 e coincidência com eleições e mandatos dos demais governadores. O senador Maurício Corrêa (PDT) também defende eleições em 88, mas coincidindo-as juntamente com os mandatos, com as eleições do presidente da República. Márcia Kubitschek (PMDB) e o senador Meira Filho (PMDB), têm mais ou menos a mesma posição — eleições coincidentes com as do presidente da República. Já os deputados Valmir Campello (PFL) e Francisco Carneiro (PMDB), defendem teses peculiares: eles são contrários a eleições em 88, preferindo-as em 90 e um mandato-tampão biônico,

ou seja, tirar imediatamente o atual governador José Aparecido e substituí-lo por um nome discutido previamente com a bancada, até as eleições.

Essa proposta, contudo, foi praticamente rejeitada pelos demais parlamentares presentes ao encontro de ontem e ninguém se ofereceu para fazer parte de uma comissão sugerida pelos dois deputados para ir até o Palácio do Planalto, discutir a questão com o presidente Sarney. Apesar disso, segundo relato de vários dos constituintes do DF, pode-se perceber uma grande disposição de se chegar a um consenso, podendo os parlamentares abrir mão de suas posições, a fim de se conseguir a unidade necessária para a votação em plenário.

Luta contra o Centrão faz PT e PDT adiarem comício

Rio — O encontro do deputado Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador Leonel Brizola — ambos candidatos à sucessão do presidente Sarney — num mesmo palanque na Cineândia não ocorrerá mais na próxima sexta-feira. O comício que marcaria a deflagração da campanha pelas eleições diretas no próximo ano com presidencialismo e contra a política econômica do Governo foi adiado para o dia 18. A manifestação de São Paulo, na Praça da Sé, está mantida para o dia 13, domingo.

A decisão que modificou a data do comício do Rio de Janeiro foi tomada em uma

reunião ontem pela manhã, da qual participaram representantes do PDT, PT, CUT e Famerj, instituições envolvidas com a organização do evento. De acordo com o deputado estadual pedetista Luiz Henrique Lima, dois fatores determinaram o adiamento: ampliar a mobilização na capital e no interior do Estado e as dificuldades dos constituintes do PT (inclusive Lula, uma das principais estrelas) se deslocarem de Brasília numa semana de votações decisivas diante da ofensiva do "Centrão".

Os comícios "serão promovidos Brasil a fora pelo

PT e PDT — estabelecendo, assim, na prática, uma aliança tácita, em função de objetivos imediatos comuns. Pregando a continuidade do sistema de governo presidencialista, tentando assegurar as conquistas nas áreas trabalhista e social inscritas no anteprojeto da Sistematização, protestando contra a política econômica do governo, e pedindo diretas em 88.

A defesa do presidencialismo limita politicamente a participação de algumas forças políticas. No Rio de Janeiro estarão de fora o PSB e o prefeito Saturnino Braga, um adepto do parlamentarismo.

Não é hora de eleição, diz governador

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso voltou ontem a pregar a necessidade de bom senso para que as eleições presidenciais venham a se realizar em 1989 e não no ano que vem, hipótese que ele chegou a considerar irreversível após o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Newton acha que, em meio à crise econômica e financeira do País, "é o povo quem vai pagar caro pelas eleições de 1988".

A posição do governador de Minas decorre da reavaliação do conjunto de forças da Constituinte, a partir da vitória do Centrão na votação que possibilitou a alteração no Regimento Interno, na semana passada.

Centristas começam a discutir suas emendas

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Os quase 300 membros do Centrão começam a discutir hoje as cerca de 40 emendas — 10 de capítulos inteiros — preparadas pelo deputado José Lins (PFL/CE) e uma equipe de assessores legislativos da Câmara e Senado, que deverão ser apresentadas em nome do grupo. Reunido com os técnicos e parlamentares como o senador Roberto Campos (PDS/MT) há 4 dias na casa do deputado Ricardo Fiuza (PFL/RJ), Lins concluiu ontem o trabalho de "sistematização" das centenas de emendas sugeridas pelos centristas. A idéia agora é instalar umas 4 ou 5 mesas em um dos auditórios do Congresso Nacional para, durante pelo menos 2 dias, debater com os integrantes do Centrão o pacote de emendas.

Pontos polêmicos como anistia, duração do mandato presidencial, eleição para governador no Distrito Federal, sistema de governo ou criação de novos Estados foram ignorados, conforme entendimento prévio, para não provocar a desagregação do grupo. Mas como era previsto, questões imbutidas nos títulos que tratam dos Direitos Sociais ou Princípios Gerais da Economia foram

duramente atacadas, merecendo às vezes emendas de capítulos inteiros. Se depender do Centrão, cai a estabilidade proposta no Projeto Constitucional e no seu lugar fica a "proteção contra o desemprego mediante o pagamento de uma indenização compensatória, progressiva de acordo com o tempo de serviço".

Caem também o monopólio para distribuição do petróleo, licença gestante de 120 dias, hora extra em dobro, pagamento de aposentadorias integrais no valor total do último salário e outros pontos considerados pelos trabalhadores como conquista da Comissão de Sistematização. Até agora o deputado José Lins ainda não elaborou nenhuma emenda substitutiva de títulos inteiros, mas isso poderá acontecer, "se for conveniente", e vai depender apenas do que for aprovado definitivamente como regra regimental hoje pelo plenário.

MÉTODO CABRAL

Como o relator oficial da Constituinte — Bernardo Cabral — que nas fases finais de trabalho da Sistematização convocava grupos de parlamentares e assessores técnicos, se refugiando em esconderijos para finalizar os projetos de Constituição, o método

de trabalho do Centrão muito diferente.

Instalado desde o início na casa do deputado Ricardo Fiuza, José Lins trabalha com um grupo fixo de aproximadamente 10 assessores legislativos da Câmara e Senado, recebendo durante todo o dia parlamentares que o procuram para garantir o aproveitamento das emendas de seus interesses. A princípio, atuaram como "relatores auxiliares" os deputados José Bonifácio de Andrada (PDS/MG) e Heraldo Tinoco (PFL/BA). Mas nos últimos dias José Lins tem recebido uma assessoria considerada "de luxo"; do senador Roberto Campos (PDS/MT), um dos críticos mais acidos de tudo que foi aprovado até hoje pela Constituinte. "A única diferença do método Cabral é que aqui não temos computadores", ironiza José Lins.

A revisão do texto elaborado por Cabral foi feita capítulo por capítulo, sempre sob a ótica ideológica e "filosófica" do Centrão, como reafirma o deputado cearense, com a preocupação de garantir uma Constituição que promova "uma forma democrática de governo, a desestatização desregrada, a descentralização administrativa e a convivência pacífica entre as conquistas sociais e o perfeito funcionamento da empresa privada".

Ponto por ponto, o que se quer

•**ESTABILIDADE** — Cai o Projeto Cabral que prevê a garantia do emprego, protegido contra a despedida imotivada. Em seu lugar o "Centrão" pretende aprovar uma emenda concedendo "proteção contra o desemprego mediante o pagamento de uma indenização compensatória, progressiva e proporcional ao tempo de serviço", no caso de demissão imotivada e sem justa causa, nos termos da Lei. Esta será a única referência à estabilidade no texto constitucional. O detalhamento deste princípio será remetido para a legislação ordinária, bem como os critérios de fixação da indenização e conceituação de dispensa imotivada e por justa causa.

•**PAGAMENTO DE HORA EXTRA** — Cai o pagamento da hora extra em dobro. A emenda que será apresentada pelo "Centrão" para este artigo joga para as convenções e dissídios coletivos a decisão de fixar ou não o pagamento em dobro das horas extras. Na ausência dos dissídios ou convenções trabalhistas para algum caso específico, caberá à Lei se pronunciar sobre o assunto.

•**LICENÇA GESTANTE** — Além de remeter para a legislação ordinária a definição da duração da licença gestante — atualmente de 86 dias e 120 no Projeto da Sistematização — o "Centrão" quer modificar o enunciado do texto aprovado. De acordo com José Lins, como está, o projeto prevê licença remunerada de 120 dias, sem prejuízo do emprego. Isto, segundo o deputado, significa dupla remuneração, ou seja, o pagamento do salário normal mais remuneração. Na emenda que será apresentada em nome do

grupo joga-se para a Lei a duração da licença e se garante o pagamento apenas do salário com proteção do emprego.

•**REDUÇÃO DA JORNADA** — A redução da jornada semanal de trabalho de 48 para 44 horas, aprovada no Projeto Constitucional pela Comissão de Sistematização, será mantida pelo "Centrão". De acordo com José Lins vários membros do grupo apresentaram emendas para suprimir este artigo, mas o consenso foi pela manutenção.

•**DISTRIBUIÇÃO DO PETRÓLEO** — Os cerca de 300 integrantes do "Centrão" foram unânimes quanto à apresentação de uma emenda para suprimir a garantia do monopólio para distribuição do petróleo no País, aprovado pela Sistematização.

•**APOSENTADORIA INTEGRAL** — O pagamento da aposentadoria com valor integral do último salário será derrubado pelo "Centrão". A emenda do grupo vai estabelecer o valor da aposentadoria a partir de uma base ou média das contribuições durante o tempo de serviços prestados, garantindo a manutenção do valor real do benefício, com reajustes monetários sempre que necessário.

•**SISTEMA UNIFICADO DE SAÚDE** — O "Centrão" irá manter o sistema unificado de saúde em todo País, aprovado na Comissão de Sistematização com voto favorável do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), um dos líderes do grupo.

•**PREVIDÊNCIA** — O grupo irá apresentar uma emenda que, de acordo com José Lins, servirá para diferenciar os ser-

viços que resultam do pagamento de contribuições e aqueles oferecidos pelo Governo sem a contrapartida de parte dos previdenciários. "Queremos dividir de forma clara o campo de ação da Previdência do campo da Assistência Social, para facilitar a administração das duas áreas", explica.

•**EMPRESA NACIONAL** — A tendência do "Centrão" é manter o princípio do texto aprovado pela Sistematização, sugerindo modificações no papel do Estado, que no projeto tem a atribuição de controlar e fiscalizar a economia. Ao invés de "fiscalizar e controlar", a emenda do "Centrão" vai propor "fiscalização e incentivo", já que os integrantes do grupo consideram a palavra "controle" muito forte para um texto constitucional que queira valorizar a empresa privada. "O senador Roberto Campos é totalmente contrário à xenofobia e tem discutido esta questão conosco, que temos uma posição bastante moderada", reafirma José Lins.

•**REFORMA AGRÁRIA** — Os centristas vão insistir na proibição da desapropriação das propriedades produtivas para efeito de reforma agrária, com a apresentação de uma emenda neste sentido. O grupo vai defender ainda emendas que terão o objetivo de "orientar" a elaboração da Lei complementar no que diz respeito às formas de pagamento da indenização pelas propriedades desapropriadas, uma delas irá sugerir que os títulos da Dívida Pública comecem a vencer a partir do primeiro ano e não do segundo como prevê o texto atual.

Governo não se comunica, diz Prisco

Da Sucural

Londrina — "O povo tem sabido pouco do muito que tem realizado o Governo do presidente José Sarney", queixou-se ontem o ministro Prisco Viana, ao assinar contratos de empréstimos no valor global de 4 bilhões e 100 milhões de cruzados, entre o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e o Governo do Estado do Paraná. Os recursos destinam-se à construção de mais 3.567 unidades residenciais populares, obras de infra-estrutura urbana, saneamento básico e ampliação de hospitais.

A solenidade foi realizada pela manhã na prefeitura de Londrina, norte do Paraná, que ontem comemorava 53 anos de fundação, e contou com a participação do governador Alvaro Dias, do ministro da Saúde, Lutz Carlos Borges da Silveira, e de diretores da Caixa Econômica Federal, que será o órgão repassador dos recursos. As obras contratadas deverão beneficiar a população de 76 municípios paranaenses.

Ao se queixar da "pouca eficiência" do sistema de comunicação da Presidência da República, o ministro Prisco Viana insistiu em sua afirmação de que os contratos assinados representavam "um ato do Governo do presidente Sarney, uma demonstração de que o Governo governa".

Segundo o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, até o final de seu Governo, o presidente Sarney terá contratado cerca de 200 bilhões de cruzados apenas para obras de saneamento básico e abastecimento de água em cidades de todo o Brasil. Já para o próximo ano, revelou o ministro, a dotação da Caixa Econômica Federal é de 130 bilhões de cruzados para sustentação dos programas habitacionais, preferencialmente dos destinados à população de baixa renda.

A solenidade de ontem foi, também, um ato político, nas palavras do próprio ministro Prisco Viana. Segundo ele, os recursos federais concedidos ao Paraná são uma "demonstração de apreço do Governo Sarney à operosa administração do governador Alvaro Dias e à sua lealdade política para com o Presidente".

O governador Alvaro Dias agradeceu lembrando que "nunca, em tempo algum, o Paraná foi tão prestigiado pelo Governo da União como agora".

É preciso que se faça justiça. O Paraná não sabe reconhecer e ser grato, como agora", afirmou Alvaro Dias.

Essa colaboração, destacou o governador, "é que tem nos possibilitado o relacionamento político sem constrangimento algum com o presidente Sarney e a defesa das teses nas quais acreditamos com a maior franqueza". Alvaro Dias voltou a pedir um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, como "condição para consolidar o processo democrático", e encerrou o seu discurso afirmando: "O presidente Sarney continua a contar com o apoio do governador do Paraná".

Sabóia: Carta deve refletir todo o povo

Porto Alegre — O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, participou de almoço em sua homenagem, oferecido pela Sociedade de Amigos da Marinha do Rio Grande do Sul e do Brasil, em Porto Alegre.

Ainda no aeroporto Salgado Filho, o ministro falou sobre a atuação do "Centrão": "Evidentemente, eu como todos os brasileiros estou acompanhando isso com toda a atenção. Espero, honestamente, que haja uma Constituição que responda às aspirações do povo brasileiro como um todo".

Congresso se arma contra pacote

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB/PB), poderá anunciar hoje a convocação extraordinária do Legislativo durante o período de recesso. Com essa decisão, o Governo enfrentará mais dificuldades para aprovar, na íntegra, o pacote fiscal que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, tenciona divulgar ainda este mês. A informação é do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), autor da iniciativa.

Ele explicou que a coleta no Senado Federal já atingiu o quorum exigido regimentalmente — 48 assinaturas. Na Câmara dos Deputados, a coleta sofreu um atraso porque "alguém roubou os papéis contendo as assinaturas dos deputados". Acrescentou que o deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS), responsável pela coleta na Câmara, espera obter o número necessário — 325 assinaturas — dentro das próximas 24 horas.

Na opinião de Chiarelli, o Governo não deverá baixar um decreto-lei para a aplicação do pacote fiscal. "Se isso acontecer, demonstra o quanto as autoridades econômicas não têm argumentos para explicar porque querem aumentar os impostos dos assalariados". Ressaltou ainda que o congresso dificilmente concordará em aprovar medidas que confiscuem os rendimentos dos trabalhadores. Assegurou que os congressistas estão atentos e não permitirão que o Governo aplique novas punições à classe média.

Evitando comentar os reflexos do próximo pacote fiscal no bolso do contribuinte, o senador Chiarelli afirmou que as autoridades econômicas terão dificuldades para obter aval político para o pacote fiscal sem que o Governo determine a priori medidas específicas para cortar seus gastos.

Lembrou que, somente

este ano, o Governo dispendeu 2 bilhões de dólares com incentivos e estímulos fiscais, sem contar com os subsídios destinados ao setor de exportação. Se a questão é conseguir recursos financeiros para reduzir o déficit público, o Governo pode começar a cobrar de outros setores que não pagam Imposto de Renda, denunciou ainda o senador, acrescentando que, no Pólo Petroquímico da Bahia, por exemplo, diariamente, empresas multinacionais deixam de pagar 100 mil dólares ao Imposto de Renda, respaldadas pela política de isenções do Governo.

O senador Chiarelli disse ainda que se o pacote fiscal chegar ao Congresso na forma de decreto-lei, a tendência dos congressistas será pelo veto. Alertou que nenhum parlamentar votará a favor de medidas que visam punir, ainda mais, os contribuintes, "nossos eleitores".